



Jovens Agricultores

REVISTA TRIMESTRAL #92

OUT|NOV|DEZ| 2012 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



INOVAR

NO REGRESSO AO MUNDO RURAL



EDITORIAL 3

Inovar no Regresso ao Mundo Rural
Direcção da AJAP

DOSSIER 4

A Investigação e Inovação na PAC Pós 2013
José Manuel Silva Rodriguez | Director-geral da Agricultura e de Desenvolvimento Rural -
Comissão Europeia

Jovens Agricultores e o Regresso ao Mundo Rural
Nuno Russo | Director da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

A Investigação em Agricultura - O Papel da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
Ana Godinho | FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

O Novo INIAV, I.P.: Suas Funções e Áreas Estratégicas de Atuação
José Castro Coelho e Pedro Reis | INIAV, I.P. - Instituto Nacional de Investigação Agrária e
Veterinária, I.P.

Segurança Alimentar e Sustentabilidade Ambiental a Contribuição da Faculdade
de Ciências da UL
Cristina Cruz | Dept. Biologia Vegetal, Faculdade de Ciências de Lisboa

SER JOVEM AGRICULTOR 16

Um Regresso à Terra
João Gaspar | Estudante de Mestrado de Jornalismo e Comunicação,
Universidade de Coimbra

REFERÊNCIAS DO MUNDO RURAL 18

Cooperativa de Olivicultores de Nelas
Madalena Prata | Presidente da Cooperativa de Olivicultores de Nelas

UM SECTOR EM ANÁLISE 20

O Êxito do Agricultor é o Êxito de Alqueva
João Basto | Presidente da EDIA, S.A. - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.

ASSOCIATIVISMO 22

Jovem Empresário Rural | Um Novo Conceito para Potenciar o Desenvolvimento
do Mundo Rural

AJAP NA EUROPA 23

Campanha do CEJA Finalista nos Prémios de Comunicação da PAC@50

PUBLICIDADE 24

PUBLI-REPORTAGEM 25

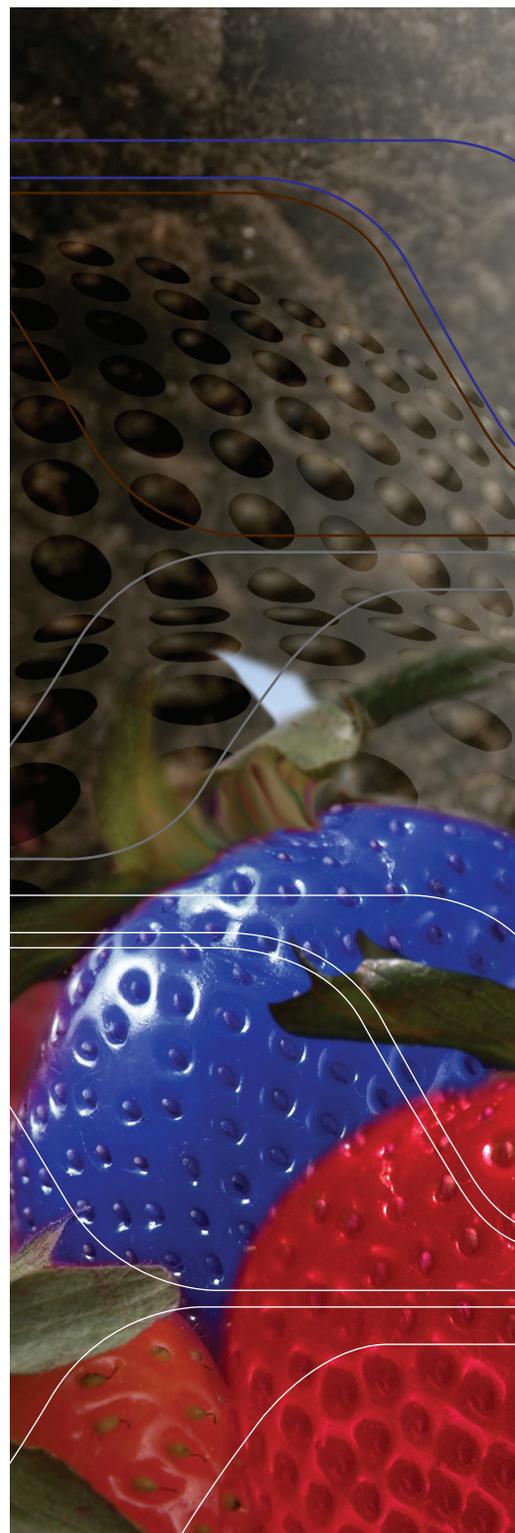
Sistema de Redução Catalítica Selectiva
Departamento Técnico | Grupo Tractores de Portugal

PUBLI-REPORTAGEM 26

O Recurso à Biomassa como Fonte Energética
Visabeira

LEGISLAÇÃO 27

PUBLICIDADE 28



INOVAR NO REGRESSO AO MUNDO RURAL

Direcção da AJAP

Todos os dias somos confrontados com os elevados números que o PRODER avança relativos à Instalação de Jovens Agricultores; mensalmente são apresentadas aproximadamente 250 candidaturas à Acção 1.1.3 – Instalação de Jovens Agricultores, objectivando a atribuição de apoios comunitários.

Tal facto deixa a AJAP satisfeita, finalmente surge o reconhecimento de uma profissão que até há bem pouco tempo não era socialmente reconhecida. Não obstante, a AJAP está apreensiva com este movimento massivo de jovens que agora investe no Mundo Rural, uma vez que estes jovens, sobretudo atendendo ao perfil do Jovem Agricultor, na sua maioria licenciados, optam pela agricultura como alternativa à actual conjuntura, deixando para trás a sua verdadeira vocação.

Será que este regresso à terra, consubstanciado pela elevada formação, induz processos de inovação e, conseqüentemente, mais-valias para o sector? Ou em detrimento disso, atendendo ao facto desta opção ser não por vocação, mas sim por necessidade, aliada à baixa formação profissional na área agrícola irá, num futuro próximo, provocar um novo retorno à cidade com todos os prejuízos decorrentes desse eventual regresso?

Sendo os Jovens, por norma, caracterizados como agentes inovadores, será que o investimento destes na agricultura nacional irá, por si, ser um veículo de excelência de inovação e tecnologia para o Mundo Rural, imprescindível para o desenvolvimento sustentável?

Este é o fenómeno que nos propomos analisar neste último número da Revista Jovens Agricultores de 2012, nomeadamente o que pode ser feito a nível nacional e europeu em termos de inovação e conhecimento tecnológico.

A Direcção da AJAP

Ficha Técnica

Propriedade, Redacção e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970 | Fax: 213 431 490

Director Armando Emanuel Pacheco

Coordenação Departamento de Comunicação **Redacção** Departamento Técnico

Secretariado Olga Leitão **Departamento Comercial** Olga Sereno

Paginação AJAP | Miguel Inácio **Impressão** Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714 **Tiragem** 10 000 Exemplares

Periodicidade Trimestral **E-mail** ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Com o apoio



Instituto Português da Juventude, I.P.
juventude.gov.pt



A INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO NA PAC PÓS 2013

José Manuel Silva Rodríguez | Director-geral da Agricultura e de Desenvolvimento Rural - Comissão Europeia

A agricultura enfrenta diversos desafios, tanto a curto como a longo prazo:

- Falta de garantia de segurança alimentar à escala mundial
- Sustentabilidade ambiental
- Desenvolvem-se novas utilizações da biomassa que proporcionam novas oportunidades de mercado para os produtores agrícolas, mas que podem também conduzir ao aumento da pressão sobre os recursos naturais
- Impacto das alterações climáticas, a necessidade de mitigação e adaptação
- No longo prazo, a projecção de uma população mundial de 9 mil milhões no horizonte de 2050, conduzem, de acordo com as estimativas da FAO, à necessidade de aumentar a produção agrícola em 60%. O grande desafio consiste em desenvolver a produção agrícola de forma sustentável, sem degradar o ambiente e tendo em conta os ganhos de produtividade mais baixos que no passado.

A resolução destes desafios deve envolver políticas agrícolas, ambientais e económicas dos países visados e, naturalmente, a cooperação internacional. Em termos económicos, a redução da pobreza desempenha um papel fundamental na melhoria da segurança alimentar a nível global. No entanto, a investigação, inclusive a investigação agrícola, também terá um papel importante para ajudar a agricultura a desempenhar o seu papel na melhoria da segurança alimentar, num quadro de desenvolvimento sustentável.

Investigação na PAC pós 2013

O próximo Programa-Quadro para a Investigação e Inovação para o período 2014-2020, é um programa ambicioso proposto pela Comissão Europeia que visa contribuir para a implementação da Estratégia Europa 2020 de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo com um orçamento proposto de 80 mil milhões de euros.

O Programa-Quadro Horizonte 2020 será mais eficaz se for concentrado em objectivos estratégicos comuns, terá um maior impacto se apoiar actividades que vão desde a investigação à implementação da inovação no mercado. Finalmente, o Programa-Quadro Horizonte 2020 será mais atraente e de fácil acesso para os participantes, especialmente com regras simplificadas e um conjunto coerente de instrumentos.

O Programa-Quadro Horizonte 2020 assenta em três pilares distintos que se reforçam mutuamente: 1) promover a excelência da investigação; 2) apoiar a liderança industrial; 3) enfrentar os desafios que se apresentam à sociedade.

A Comissão propõe a reserva de 4,5 mil milhões de € para investigação e inovação, referentes especialmente à agricultura sustentável e à bio-economia. Esta é uma duplicação de recursos em comparação com o período corrente. Esta proposta de aumento significativo dos recursos para investigação é um reflexo do compromisso da Comissão para contribuir para a resolução dos desafios que a agricultura enfrenta.

As prioridades da Investigação Agrícola, no âmbito do Programa-Quadro Horizonte 2020 incidirão em torno da segurança alimentar, da sustentabilidade do uso dos recursos naturais, das alterações climáticas, do desenvolvimento harmonioso da bio-economia e do desenvolvimento das áreas rurais. Um dos grandes desafios é a intensificação sustentável da produção agrícola, sendo que a intensificação da produção agrícola nas últimas décadas ocorreu à custa da sustentabilidade ambiental. A sustentabilidade que foi anteriormente considerada secundária para a meta de produção deve tornar-se o principal critério.

Estas actividades de investigação serão implementadas em estreita associação com a investigação agrícola realizada pelos Estados-Membros da UE. Na verdade, mesmo se a investigação conduzida a nível comunitário tiver um evidente efeito de a-lavancagem, isto representa em termos de recursos, menos

“O próximo Programa-Quadro para a Investigação e Inovação para o período 2014-2020, é um programa ambicioso proposto pela Comissão Europeia que visa contribuir para a implementação da Estratégia Europa 2020 de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo com um orçamento proposto de 80 mil milhões de euros.”

de 10% do esforço acumulado dos seus Estados-Membros. É necessária uma implementação concertada, a fim de beneficiar de sinergias entre diferentes programas de pesquisa.

É por isso importante mencionar a Iniciativa de Programação Conjunta "Agricultura, Segurança Alimentar e Mudanças Climáticas" (Joint Programming Initiative "Agriculture, Food Security and Climate Change" (FACCE)), implementada em 2009 e que reúne actualmente 17 Estados-Membros entre outros países. Esta iniciativa reflecte o compromisso dos países europeus para proporcionar a pesquisa necessária para responder aos desafios relativos à segurança alimentar e às alterações climáticas.

A articulação da pesquisa com a inovação

As necessidades de conhecimento foram concentradas, há algumas décadas, em torno do objectivo principal de aumentar a produção agrícola. No entanto, este modelo já não responde a todas as exigências actuais. Os objectivos e as necessidades de pesquisa agrícola são mais complexos (meio ambiente, segurança, etc.), e mesmo os próprios intervenientes também mudaram.

O objectivo de promover abordagens inovadoras, quer organizacionais, sociais, técnicas ou outras, impõe que se reveja a forma como o conhecimento é criado, disseminado entre as partes interessadas e, finalmente, como é utilizado. Estimular os orçamentos de investigação e inovação não é suficiente. Deve-se também garantir que os resultados da pesquisa estejam adequados com as necessidades do sector e que exista a troca de conhecimentos, que levam à sua aplicação prática.

Parceria Europeia de Inovação

Para facilitar o processo de aplicação dos resultados de pesquisa, propomos a execução da Parceria Europeia de Inovação (PEI) - Produtividade e Sustentabilidade da Agricultura. A PEI esforçar-se-á para melhorar e facilitar o intercâmbio de informações entre cientistas, empresários, agricultores, consultores agrícolas e governos.

A Parceria Europeia de Inovação ambiciona trazer resultados inovadores de pesquisa mais rapidamente da ciência para a prática e assegurar um feedback sistemático das necessidades dos profissionais à comunidade científica. Focará igualmente a partilha de conhecimento adquirido e boas práticas. Neste sentido, irá contribuir para colmatar a actual lacuna entre a ciência e a prática.

Um elemento-chave da PEI irá ser a sua rede central de inovação. Irá beneficiar da experiência adequada e assegurar uma interacção recíproca e eficaz entre todos os intervenientes do sector agrícola e da comunidade científica.

Desde a implementação da Estratégia de Lisboa no início de 2000, a UE tem colocado o conhecimento e a inovação no centro das suas preocupações, e em 2010, no âmbito da Estratégia Europa 2020, a Comissão lançou a iniciativa "União da Inovação". Esta abordagem baseia-se na mobilização dos intervenientes e na vontade de eliminar a sua separação de modo a possibilitar que trabalhem juntos num processo de co-criação de conhecimento e de co-inovação.

Não tenho dúvidas de que vamos trabalhar juntos, nos próximos anos, em programas de pesquisa e inovação sobre as questões importantes para o sector agrícola.





JOVENS AGRICULTORES E O REGRESSO AO MUNDO RURAL

Nuno Russo | Director da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

De acordo com os dados do recenseamento agrícola 2009, o produtor agrícola tipo tem 63 anos, apenas completou o 1º ciclo do ensino básico e tem formação agrícola exclusivamente prática.

O número de Jovens Agricultores em Portugal é apenas 2% do total dos agricultores existentes, sendo que os agricultores com mais de 55 anos continuam a ser mais de metade do total. Somos o país da Europa com menos percentagem de Jovens Agricultores.

A estrutura empresarial dos territórios rurais, refletindo o envelhecimento da população em geral, continua envelhecida. A necessidade de continuar a manter e atrair recursos humanos para a atividade agrícola implica, assim, a continuação do regime de incentivo à instalação de Jovens Agricultores.

O apoio à instalação inicial do Jovem Agricultor assenta num plano empresarial de desenvolvimento e adaptação da exploração, capaz de gerar impactes positivos nos sectores e na região onde se insere.

A instalação bem-sucedida de Jovens Agricultores deverá contribuir para a melhoria geral da atividade, trazer mais empreendedorismo, acompanhado de novas competências, maior adaptabilidade e melhorias na gestão, níveis de produtividade mais elevados e, conseqüentemente, maior capacidade competitiva, com os objetivos claramente definidos de:

- Fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas;
- Promover o processo de instalação dos Jovens Agricultores e o desenvolvimento e adaptação das suas explorações agrícolas, assegurando o acompanhamento necessário;
- Assegurar uma adequada formação e qualificação profissional dos Jovens Agricultores;
- Incentivar a continuidade dos Jovens Agricultores na atividade agrícola.

O Ministério da Agricultura acredita na concretização destes objetivos, e que esta realidade dos Jovens Agricultores tende a mudar pelo que se estão a fazer todos os esforços para que isso aconteça, verificando-se nesta altura a instalação de 240 Jovens Agricultores, em média, por mês, no nosso país.

“A estrutura empresarial dos territórios rurais, refletindo o envelhecimento da população em geral, continua envelhecida. A necessidade de continuar a manter e atrair recursos humanos para a atividade agrícola implica, assim, a continuação do regime de incentivo à instalação de Jovens Agricultores.

O apoio à instalação inicial do Jovem Agricultor assenta num plano empresarial de desenvolvimento e adaptação da exploração, capaz de gerar impactes positivos nos sectores e na região onde se insere.”

Globalmente, o PRODER já aprovou mais de 6.800 projetos de Jovens Agricultores, aos quais foi atribuído um apoio PRODER superior a 425 milhões de euros, alavancando um investimento total de cerca de 680 milhões de euros.

Os jovens podem apresentar projetos no PRODER a qualquer momento desde que implique investimento, estando as candidaturas ao PRODER para Jovens Agricultores abertas em contínuo.

Os Jovens Agricultores que se instalam, pela primeira vez, numa exploração agrícola, embora possam exercer outras atividades, devem apresentar um plano empresarial de desenvolvimento da sua exploração, onde são justificados todos os investimentos relacionados com as atividades agrícolas a desenvolver, com o objetivo de revelar a capacidade do Jovem Agricultor para empreender essas atividades de acordo com os seus recursos, rentabilizando a sua atividade como empresário agrícola.

No mundo atual existem muitas incertezas que afetam a sustentabilidade da profissão de Jovem Agricultor e a produção agrícola:

- A incerteza económica e a volatilidade sem precedentes dos mercados;
- As incertezas climáticas, relacionadas com o ambiente, com acontecimentos imprevistos mais frequentes e mais extremos;
- As incertezas relacionadas com a saúde, com a mudança climática e uma nova gama de doenças, afetando todas as áreas humana, animal e fitossanidade.

Os Jovens Agricultores que não detenham a aptidão e competência profissional adequada deverão cumprir um plano de formação básica na agricultura, formação específica para a orientação produtiva da instalação, formação de gestão da empresa agrícola e componente prática em contexto empresarial, que tem como objetivo possibilitar ao Jovem Agricultor a aquisição de competências em contexto real numa exploração agrícola da área produtiva onde vai desenvolver a sua atividade.

Em caso de incumprimento do plano empresarial, o prémio à instalação pode ser reduzido ou devolvido, de forma proporcional ao grau de incumprimento detetado.

Pese embora todos estes critérios de elegibilidade requeridos aos beneficiários a pedidos de apoio à instalação de Jovens Agricultores, estas exigências poderão não ser suficientes para garantir o sucesso da medida, na gestão de explorações agrícolas.

No entanto, existem uma série de verificações previstas na legislação nacional e regulamentação comunitária, desde controlos de qualidade aos pedidos de apoio e respetivos pagamentos, visitas de acompanhamento e controlos in loco aos projetos, que também se encontram sujeitos às auditorias técnicas e financeiras, ações de supervisão bem como missões de controlo e certificação, que pretendem zelar pelo bom funcionamento na aprovação dos projetos e correta execução do apoio aos Jovens Agricultores.

Por outro lado, o fenómeno de regresso ao Mundo Rural, a um sector agrícola em expansão, que tem atraído um número significativo e crescente de Jovens Agricultores, deve ser acompanhado pelo necessário envolvimento do associativismo agrícola para reforçar o dinamismo existente.

A estrutura fundiária existente, que assenta na pequena e média propriedade, implica um esforço da organização dos Jovens Agricultores de forma a ganharem escala e passarem a ser interlocutores das grandes cadeias de distribuição.

Um fator determinante para uma maior visibilidade da agricultura portuguesa nos mercados nacionais e grandes mercados internacionais, é a concentração da oferta através da criação, aumento de dimensão e profissionalização das Organizações de Produtores.

É importante o estímulo das Organizações Interprofissionais de forma a conseguir o equilíbrio da cadeia alimentar e uma mais justa distribuição do valor acrescentado entre todos os agentes envolvidos.

Existe o compromisso em continuar a fazer tudo o que estiver ao alcance e no que depender do Ministério da Agricultura, para que o sector agrícola se torne suficientemente dinâmico e atrativo para merecer a escolha dos jovens, pelo que se mantém forte o apoio à instalação de Jovens Agricultores, estando a disponibilizar-se verbas e terras a pensar nos jovens, em prol da valorização e do progresso no desenvolvimento da agricultura nacional.





A INVESTIGAÇÃO EM AGRICULTURA O PAPEL DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I.P.

Ana Godinho | FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

É indiscutível que a inovação sustenta o desenvolvimento social e económico das sociedades modernas. Subjacente à inovação estão tecnologias de base científica. O mesmo será dizer que hoje já não se inventa nada sem saber muito - na agricultura, na pecuária, nas florestas, na manutenção do espaço rural...em qualquer área de atividade, na verdade.

Em todo o mundo, o desenvolvimento científico e tecnológico é assumido como uma prioridade das políticas nacionais e comunitárias. A Estratégia de Lisboa, adotada pela União Europeia em 2000, estabeleceu como objetivo que 3% do produto interno bruto (PIB) fosse investido em investigação e desenvolvimento (I&D). Em 2010, poucos países haviam atingido essa meta, e a própria União Europeia havia 'falhado' o alvo - o investimento em I&D para a Europa (a 15 países) era de apenas 2.06% do PIB.

Portugal fez progressos enormes nos dez anos da Estratégia de Lisboa: o investimento nacional em I&D aumentou de 0.8% em 2001, para 1.59% do PIB, em 2010. Continuamos, no entanto, ainda longe do alvo dos 3%, e com um novo desafio pela frente - *Horizonte2020*, o instrumento de financiamento do 8º Programa Quadro para a Investigação e Desenvolvimento, que implementará a União da Inovação, inserido na estratégia Europa2020.

Atuando sob superintendência e tutela do Ministério da Educação e Ciência, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), instituto público responsável pelo financiamento e apoio à investigação em ciência, tecnologia e inovação em Portugal, desempenha um papel crucial na capacidade de Portugal responder à altura ao desafio que é o *Horizonte2020*. Estabelecida em 2007, sucedendo à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), a FCT tem por missão o desenvolvimento, o financiamento e a avaliação de instituições, redes, infraestruturas, equipamentos científicos, programas, projetos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia. Faz ainda parte da missão da FCT o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional e, ainda, a coordenação das políticas públicas de ciência e tecnologia. Subjacente a todos os programas e instrumentos de financiamento da FCT estão processos de candidaturas competitivos, envolvendo avaliações por painéis nacionais ou internacionais, constituídos por cientistas de reconhecido mérito.

As ciências agrárias, florestais e as ciências veterinárias são apoiadas através das várias vertentes de atuação da FCT: pela formação de recursos humanos (através de bolsas de investigação e contratos), pelo apoio a projetos de investigação que explorem ideias inovadoras, e pelo apoio a instituições de I&D.

Entre as 295 unidades de investigação e desenvolvimento nacionais que contam com o apoio regular da FCT, contam-se 13 classificadas como pertencendo à área científica das Ciências Agrárias, distribuídas de norte a sul, e também nas Ilhas (Tabela I). Existem ainda sete unidades classificadas como pertencendo às áreas das Ciências Biológicas e Ambiente. Estes centros de investigação realizam trabalhos de investigação com implicações para a agricultura, como a conservação da biodiversidade de espécies animais e vegetais, ou o estudo do impacto de alterações climáticas em diferentes regiões do país, por exemplo.



Tabela I – Unidades de Investigação e Desenvolvimento na área das Ciências Agrárias avaliadas pela FCT (última avaliação realizada em 2007/08).

Região	Designação	Instituição
Alentejo	Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM)	Universidade de Évora (UE)
Açores	Centro de Investigação e Tecnologia Agrária dos Açores (CITA-A)	Universidade dos Açores (UAçores)
Lisboa & Vale do Tejo	Centro de Estudos Florestais	Instituto Superior de Agronomia (ISA/UTL)
	Centro de Botânica Aplicada à Agricultura	Instituto Superior de Agronomia (ISA/UTL)
	CEER - Centro de Engenharia de Biosistemas	Instituto Superior de Agronomia (ISA/UTL)
	Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves	Instituto Superior de Agronomia (ISA/UTL)
	Química Ambiental	Instituto Superior de Agronomia (ISA/UTL)
Centro	Centro de Investigação Interdisciplinar em Sanidade Animal	Faculdade de Medicina Veterinária (FMV/UTL)
	Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade - CERNAS	Instituto Politécnico de Coimbra (IPC)
Norte	Centro de Estudos de Ciência Animal	Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-Alimentares - Porto (ICETA-Porto/UP)
	Centro de Investigação de Montanha	Instituto Politécnico de Bragança (IPBragança)
	Centro de Ciência Animal e Veterinária (CECAV)	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)
	Centro de Investigação e de Tecnologias Agro-Ambientais e Biológicas	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

Tabela II – Unidades de I&D em Ciência Biológicas e Ambiente avaliadas pela FCT (última avaliação realizada em 2007/08).

Região	Designação	Instituição Proponente
Lisboa & Vale do Tejo	Centro de Biologia Ambiental	Faculdade de Ciências (FCUL)
	<i>Center for Biodiversity Functional and Integrative Genomics</i>	Faculdade de Ciências (FCUL)
	Laboratório de Sistemas, Instrumentação e Modelação em Ciências e Tecnologias do Ambiente e do Espaço - SIM	Faculdade de Ciências (FCUL)
	Centro de Recursos Microbiológicos - CREM	Faculdade de Ciências (FCUL)
	CENSE - <i>Center for ENvironmental and Sustainability rEsearch</i>	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL)
		Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL)
Centro	Centro de Ecologia Funcional/Centre for Functional Ecology	Universidade de Coimbra (UC)
Norte	Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva	ICETA

Nestas unidades de I&D decorrem projetos de investigação que exigem infraestruturas e equipamentos de ponta, e equipas multidisciplinares, formadas por investigadores em diversas fases das suas carreiras. A propósito de carreiras científicas, entre 2007 e 2011, 215 estudantes de Doutoramento e 121 investigadores doutorados receberam bolsas de investigação para desenvolver trabalhos em Ciências Agrárias e Florestais.

Os projetos de investigação apoiados pela FCT têm, regra geral, a duração máxima de três anos, sendo o financiamento assegurado pela duração total do projeto, até ao limite de duzentos mil euros por projeto. Existem atualmente cerca de 3,000 projetos de investigação em curso, correspondendo a cerca de 380 M€ em financiamento FCT. Desses, pelo menos 200 enquadram-se nas Ciências Agrárias e Florestais, com um financiamento con-

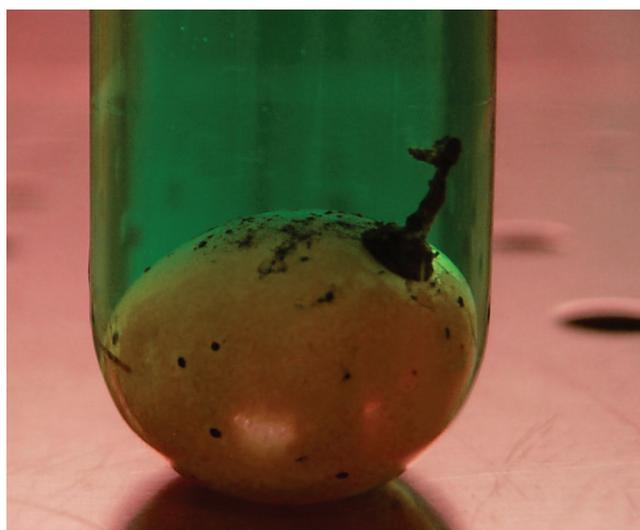
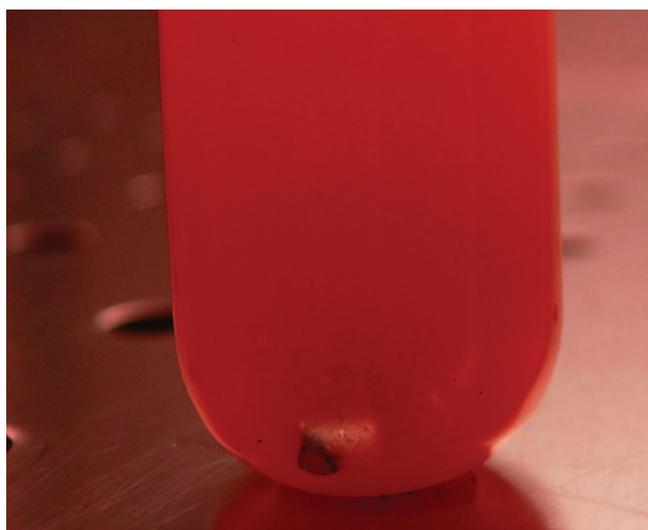




Tabela III – Projetos aprovados no concurso 2010/2011			
Instituição	Investigador Principal	Título do projeto	Montante concedido (€)
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)	Paula Filomena Martins Lopes	Desenvolvimento de um Biosensor para Rastreabilidade do Vinho da Região do Douro (WineBioCode)	177,492
Universidade de Évora (UE)	Raquel Marta Neves dos Santos Garcia	Extração em fase sólida com polímeros molecularmente impressos: Uma aproximação altamente seletiva e promissora para a análise vestigial de pesticidas em azeite	145,246
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV)	Claudia Verónica Sánchez Lara	SafeFruit - Aureobasidium pullulans, um biofungicida para o controlo de patogenias na pós-colheita de peras: compreensão dos mecanismos de ação	92,919
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FE/UP)	Margarida Maria Silva Monteiro Bastos	MICROPROTECT - Uso de óleos essenciais encapsulados para proteção de cereais e leguminosas armazenados	140,527
Universidade de Coimbra (UC)	Fernando Jorge dos Ramos	RISKFISH - Avaliação da utilização de antibióticos em aquicultura de dourada e de robalo	122,868
Instituto Superior de Agronomia (ISA/UTL)	Sofia Knapic de Soares Ferreira	EucPlus-Novos processos e utilizações para madeira de eucalipto	109,834
Universidade de Évora (UE)	Manuel Galvão de Melo e Mota	Caracterização do sistema nemátode da madeira do pinheiro / Pinus: abordagem fitoquímica e histopatológica	177,651
Instituto de Investigação Científica e Tropical (ICT/MNE)	Luís Filipe Sanches Goulão	VitiShade - Abcisão em uva de mesa sem semente: tirar os genes da sombra	159,020
Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB/UNL)	Maria Margarida M. Girão Oliveira	Uma abordagem integrada para identificar genes reguladores da resposta a stress em sobreiro (SuberStress)	178,583
Faculdade de Ciências (FFC/FCUL)	Andreia Cristina Silva Viegas Mata Figueiredo	Compreensão do mecanismo de defesa associado à resistência ao míldo em videira através da integração de dados de transcriptómica, metabolómica e proteómica	70,740
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV)	Eugénia Maria Antunes de Andrade	Implicações da inserção casual de transgenes em milho: efeitos em genes codificadores de proteínas e em genes regulatórios não codificadores de proteínas	162,671
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV)	Maria da Conceição de Lemos Viana Boavida	Importância, bioecologia e gestão sustentável de duas novas pragas exóticas da batateira introduzidas em Portugal: Epitrix similaris e Epitrix cucumeris	84,654
Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET)	André Martinho De Almeida	A lactação e a lactoiose em caprinos: identificação de marcadores moleculares à perda de peso sazonal	141,403
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV)	Maria Cristina Bressan	Genética da qualidade da carne no porco Ibérico	161,682
Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-Alimentares - Porto (ICETA-Porto/UP)	Albano Gonçalo Beja Pereira	Avaliação da estrutura genómica e da Variação Genética dos zebus através da genotipagem de um painel de SNPs	148,178
Faculdade de Medicina Veterinária (FMV/UTL)	Rui José Branquinho de Bessa	Modulação da bioidrogenação ruminal através da sobrecarga com ácidos gordos insaturados e taninos	164,943
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS/UP)	Paula Cristina Gomes Ferreira Proença	Doença Hemorrágica do Coelho: Quais são os mecanismos celulares e moleculares que tornam os coelhos jovens resistentes à infecção letal por calicivirus?	69,699

cedido de cerca de 27 M€. Existem ainda aproximadamente 60 projetos de investigação em Ciência Animal e Ciências Veterinárias em curso, com um valor total de cerca de 9 M€ concedidos.

A Tabela III ilustra alguns dos temas dos projetos aprovados no concurso de 2010/11, que se iniciaram em 2012. Todos os projetos financiados pela FCT no último concurso (e em concursos anteriores) estão disponíveis para consulta no website FCT, em www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/areas.phtml.pt?idconcurso=151.

O desenvolvimento científico e tecnológico do País não pode parar. Por isso a FCT está empenhada em assegurar a sustentabilidade do financiamento à investigação científica e inovação.

Ainda antes do final do ano serão anunciados os novos projetos de I&D aprovados no concurso de 2012. Serão ainda anunciados

os novos Investigadores FCT – são mais de 100 investigadores independentes e altamente talentosos, que serão a próxima geração de líderes científicos, selecionados através de um processo internacional de avaliação por pares. Ambos os concursos, assim como o concurso a bolsas de investigação de Doutoramento e de pós-doutoramento, têm as edições futuras asseguradas, estando o lançamento dos concursos de 2013 já em preparação.

Em 2013 será também lançado um novo concurso de financiamento às instituições de I&D. Serão os próprios centros de investigação a definir os objetivos científicos e estratégicos subjacentes ao seu financiamento, abrindo as portas a colaborações com entidades de outras áreas do tecido produtivo e económico.





O NOVO INIAV, I.P.: SUAS FUNÇÕES E ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO

José Castro Coelho e Pedro Reis | INIAV, I.P. - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.

O contributo do conhecimento científico para o desenvolvimento da agricultura é um facto inquestionável, ainda que com diferentes dinâmicas e mudanças de paradigma, ao longo dos anos. Este conhecimento é gerado através da investigação científica e permite a criação de valor através da inovação. Até meados da década transata, as perspetivas gerais eram as de uma redução do investimento público e privado na investigação em agricultura, e Portugal acompanhou esta tendência. Mas o sinal dado pela crise dos preços mundiais, em 2008, a previsão do crescimento da procura mundial de alimentos, de 70% até 2050, e a forte pressão sobre os recursos naturais, em especial sobre o solo, a biodiversidade e os recursos hídricos, mudou completamente a visão até então vigente. A União Europeia não ficou alheia a este fenómeno e, de imediato, recolocou nas prioridades da sua agenda a inovação, a investigação e o desenvolvimento da produção agrícola. Neste novo impulso, insere-se a adoção da estratégia «Europa 2020» - crescimento inteligente, sustentável e inclusivo -, e sublinha-se a necessidade de reduzir o fosso entre a prática agrícola e a comunidade científica. Estamos assim, perante uma aposta clara a nível Europeu, seguida por Portugal, no seu PNR 2020 e no papel do INIAV, I.P. no seio do sistema de inovação agrária e veterinária em Portugal.

O sistema científico e tecnológico nacional, à semelhança do que ocorreu na Europa e no Mundo, mudou muito. O INIAV, I.P., criado em 2012, assume o património e capital científico acumulado das instituições que sucede, e no quadro atual, assume as seguintes funções essenciais, enquanto laboratório

do Estado, do MAMAOT, no domínio da investigação agrária e veterinária:

- a) Executar atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia, orientadas para a resolução dos problemas e necessidades mais relevantes do sector agrorrrural, ao nível do aumento da produção, da gestão sustentável dos recursos e do desenvolvimento territorial equilibrado;
- b) Desenvolver uma base científica e de serviços técnicos especializados que apoiem diretamente o Estado, de forma isenta, independente e permanente, na definição e implementação de políticas públicas (onde se incluem as representações oficiais, comissões, assessoria à tutela e grupos de trabalho);
- c) Assegurar as funções de Laboratório Nacional de Referência, nomeadamente, nas áreas da segurança alimentar, da saúde animal e da sanidade vegetal, implicando a realização das análises laboratoriais enquadradas nos planos oficiais de controlo coordenados pelo MAMAOT;
- d) Promover e executar outras atividades de ciência e tecnologia (OACT) associadas à função do Estado na defesa de património público de grande valor natural e científico (onde se destacam os bancos portugueses de germoplasma vegetal e animal e a conservação e valorização de coleções de referência), prestação de serviços especializados aos agentes económicos do setor, formação de pessoal altamente qualificado e apoio à comunidade científica e sociedade em geral (incluindo-se aqui, entre outras, as bibliotecas e os herbários).



Para o bom cumprimento destas funções o INIAV, I.P. decidiu organizar-se internamente em quatro Unidades Estratégicas de Investigação e Serviços (UEIS)¹ e sete Unidades de Investigação (UI).

As UEIS i) de biotecnologia e recursos genéticos, ii) de sistemas agrários, florestais e sanidade vegetal, iii) de tecnologia e segurança alimentar e iv) de produção e saúde animal, desenvolvem atividades de investigação², inovação³ e de aconselhamento técnico-científico à tutela. Além destas, asseguram importantes e indeclináveis funções de Estado na defesa e valorização dos recursos genéticos vegetais e animais nacionais (Bancos Nacionais de Germoplasma) e nas áreas da segurança alimentar, da saúde animal e da sanidade vegetal (Laboratórios Nacionais de Referência).

As sete UI do INIAV, I.P., cujas actividades a seguir se resumam, organizam-se em torno de competências científicas estabelecidas, procurando seguir uma lógica de setor, fileira e/ou sistema de produção.

UI de ciência e tecnologia dos alimentos: contaminantes em queijos e produtos de salsicharia tradicionais; qualidade da carne de vaca; conservação de hortofrutícolas frescos; polpas de hortofrutícolas e sopas de vegetais; qualidade dos morangos; qualidade comercial e nutracêutica da azeitona de mesa, valorização de cogumelos e PAM; produtos de padaria.

UI florestal: envolvida num vasto leque de competência que vão desde a fisiologia à genética, da tecnologia da madeira e cortiça à ecologia do ambiente, da proteção florestal aos modelos de silvicultura, ordenamento e gestão florestal sustentável.

UI de melhoramento de plantas: conservação e caracterização das coleções de germoplasma de espécies com interesse para a agricultura e alimentação; estudos de ecofisiologia; melhoramento de cereais, de arroz, leguminosas para grão, espécies forrageiras e pratenses e oliveira.

UI de produção animal: nutrição e alimentação animal; raças autóctones e sustentabilidade dos sistemas extensivos; conservação *in situ* e *ex situ* de raças bovinas, ovinas, caprinas e suínas nacionais; estudos na área da genética, reprodução e melhoramento animal.

UI de patologia e microbiologia animal: desenvolvimento e validação de novos métodos de diagnóstico; estudos epidemiológicos (fontes e vias de transmissão); estudos de prevalência e monitorização de agentes patogénicos bacterianos; participação em planos de controlo, erradicação e vigilância de doenças animais.

“O sistema científico e tecnológico nacional, à semelhança do que ocorreu na Europa e no Mundo, mudou muito. O INIAV, I.P., criado em 2012, assume o património e capital científico acumulado das instituições que sucede, e no quadro atual, assume as seguintes funções essenciais, enquanto laboratório do Estado, do MAMAOT, no domínio da investigação agrária e veterinária...”

UI de sistemas agrários – produção e sustentabilidade: fertilidade dos solos; fertilização e nutrição das culturas; conservação do solo e da água; estudos de socioeconomia aplicados à sustentabilidade dos sistemas mediterrânicos, recursos naturais, segurança e qualidade alimentar; identificação de organismos nocivos; estudos na área da bacteriologia, entomologia e acarologia, micologia, herbologia e virologia.

UI de viticultura e enologia: tecnologia e qualidade do vinho; leveduras; aguardentes; caracterização, conservação e melhoramento genético; ecofisiologia, gestão da rega, solo e coberto vegetal.

O INIAV, I.P. congratula-se com este *boom* de jovens empreendedores na agricultura e lança, desde já, o desafio para o desenvolvimento de colaborações ao nível das atividades de investigação, da formação profissional e da inovação.

Com este texto pretendemos, no essencial, dar a conhecer as atividades que vimos prosseguindo e colocarmo-nos à disposição do setor agrícola, como é nosso dever e é nossa ambição, para o bem servir e ajudar a construir uma agricultura mais inteligente, sustentável e inclusiva.

¹ Unidades Estratégicas de Investigação e Serviços, estabelecidas nos Estatutos do INIAV, I.P. aprovados pela Portaria n.º 392/2012, de 29 de novembro.

² O termo “investigação” aqui empregue corresponde ao conceito de “investigação e desenvolvimento” (atividades de I&D).

³ Inclui-se aqui as atividades de transferência de conhecimento e serviços especializados ao setor agrorural.



SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL A CONTRIBUIÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UL

Cristina Cruz | Dept. Biologia Vegetal, Faculdade de Ciências de Lisboa

Nos últimos anos o número de jovens (com menos de 40 anos) a integrar o sector agrícola tem aumentado a um ritmo de 200 por mês. Este dinamismo e diferenciação dos profissionais agrícolas foi acompanhado pela reconversão da área agrícola em floresta. O desafio destes novos empreendedores agrícolas é imenso. A sociedade atual possui maior consciência ambiental e é cada vez mais exigente na quantidade e qualidade de produtos alimentares. Os agricultores europeus do séc. XXI terão de saber mostrar que numa área mais reduzida conseguem produzir mais, garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, valorizando o ecossistema e a paisagem. Ou seja, conferir à atividade agrícola uma dimensão ecológica com visão agrónomica e económica. Promover com sucesso a mudança de paradigma, se acompanhado pelo aumento do conhecimento científico e tecnológico.

A intensificação sustentável da agricultura baseada na utilização de plantas mais eficientes, capazes de produzir mais com menos água e fertilizante e, assim, com menos impactos ambientais, está em sintonia com os objetivos do Desenvolvimento do Milénio lançados pelas Nações Unidas em 2000 e da Europa 2020 (EurActiv 02/04/10).

Atingir as metas europeias para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental está intrinsecamente dependente das alterações climáticas, da multifuncionalidade dos sistemas agrícolas e do tipo de agricultura (convencional versus biológico). Mas também do conhecimento da produção das culturas: melhor eficiência do uso dos nutrientes, água e energia, controlo de pragas e doenças. Um agricultor moderno terá de saber diversificar as culturas e acompanhar a alteração dos padrões de consumo da população.

O conhecimento sobre os impactos reais e potenciais, de todos os fatores no fornecimento de alimentos é fundamental porque para além dos efeitos imediatos, contribui para a definição de planos políticos estratégicos de médio e longo prazo.

Esse conhecimento só pode ser alcançado através de abordagens interdisciplinares e colaborativas. Ou seja, através de uma comunicação frutuosa transversal entre ciência e prática, entre conhecimento básico e aplicado, sabendo valorizar a transferência de saberes entre áreas de estudo.

A FCUL tem desenvolvido, nesta área, uma abordagem interdisciplinar orientada para a aquisição de conhecimento e sua aplicação na criação de valor económico e resolução de problemas. Para este realinhar das prioridades da investigação agrícola, de intensificar a produção, aumentar a qualidade dos produtos e diminuir os efeitos ambientais, a FCUL delineou uma linha estratégica de investigação com o objetivo de avaliar e/ou criar cultivares mais eficientes, particularmente no uso dos nutrientes.

Isto passa por desenvolver plantas mais tolerantes à nutrição amoniacal e/ou capazes de formar associações mais eficientes

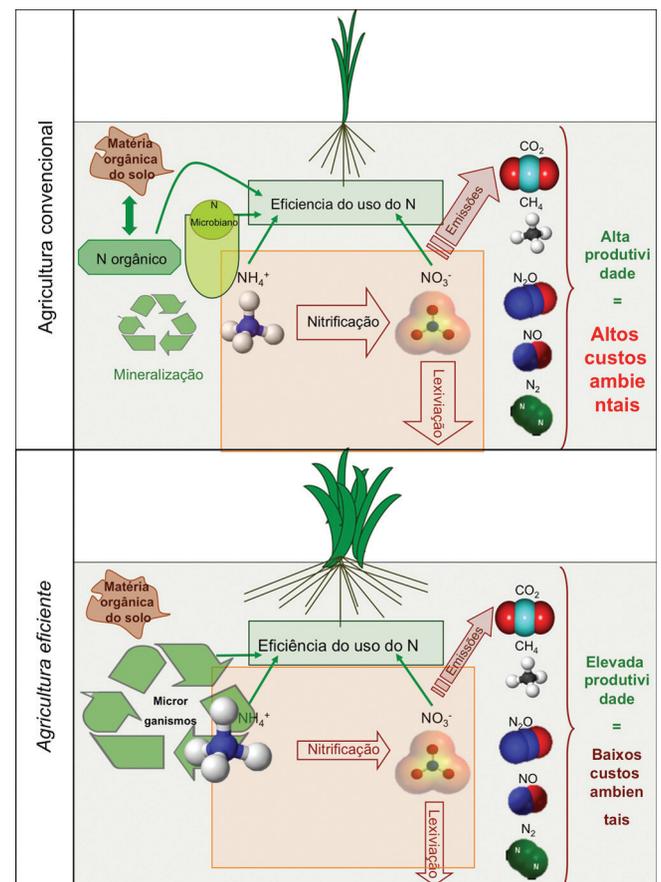


Figura 1: Comparação dos efeitos do uso agrícola de variedades mais tolerantes à nutrição amoniacal. A maior tolerância a elevadas concentrações de amónio do solo em conjunto com uma comunidade microbiana adequada e inibidores da nitrificação mais eficientes diminuirá os efeitos ambientais da atividade agrícola por diminuir a lixiviação de nitrato (responsável pela eutrofização do ecossistema receptor) e a emissão de gases com efeito de estufa (responsáveis pelo aquecimento global).

com os microrganismos do solo. Principalmente em condições de escassez de água e de baixos níveis de fósforo. Estas características permitem diminuir a eutrofização do ecossistema, devido à diminuição da lixiviação de nitrato, e reduzir a produção de gases com efeito de estufa (Fig. 1), mantendo e/ou incrementando a qualidade biológica dos solos agrícolas.

Para o desenvolvimento desta linha estratégica foi criada uma equipa científica que conta, além de agrónomos e biólogos, com matemáticos, especialistas em inteligência artificial e robótica e químicos. A ligação à indústria e ao tecido produtivo estabelece-se associando jovens cientistas (doutorandos e doutorados) com empresas e associações de produtores. A equipa da FCUL integra-se em diferentes unidades de investigação nacionais (por exemplo CBA, BioFig) e tira partido da recente fusão das duas Universidades, integrando cientistas do Instituto Superior de Agronomia e do Instituto Superior Técnico. Está ainda incluída em projetos e redes internacionais que criam massa crítica, estimulam a criatividade e garantem eficiência na resolução de problemas. Os resultados são comunicados e discutidos com os parceiros e utilizadores finais que participam na avaliação das potencialidades e no delineamento das experiências.

A abordagem da FCUL para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental é (i) inovadora, ao mostrar a potencialidade da ciência básica na identificação e procura de cultivares mais eficientes (que produzam mais com menos) em solos biologicamente mais ricos e funcionais; (ii) aplicada,

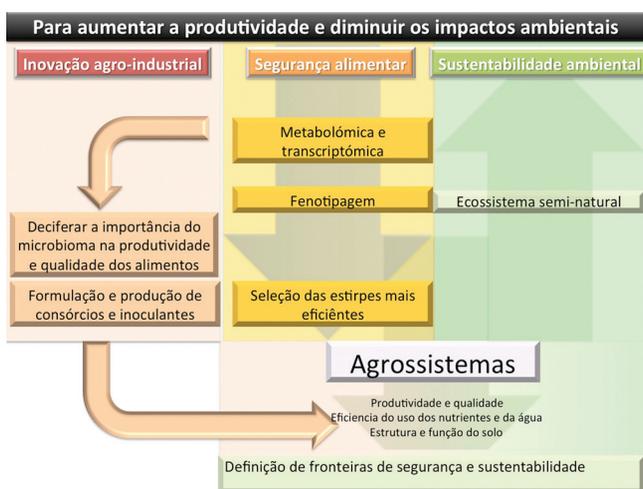


Figura 2: Esquema da integração do esforço desenvolvido pelas várias áreas do conhecimento e técnicas envolvidas no estudo do aumento da produtividade e intensificação agrícola e na diminuição dos respetivos impactos ambientais.

ao contribuir para a implementação de uma agricultura intensiva mais sustentável e eficiente, com base na gestão e conservação da biologia do solo; (iii) sustentável, ao acompanhar de forma contínua e integrada o conhecimento adquirido

para ir estabelecendo limites de segurança da atividade agrícola em regiões vulneráveis às alterações globais (Fig. 2).

Do ponto de vista científico pretende-se desenvolver o estudo em três fases. Na primeira, identificar cultivares e caracterizar os fatores responsáveis por conferir tolerância à nutrição amoniacal, maior produtividade com baixos níveis de fósforo e limitação de água e formação de associação com microrganismos. Numa segunda fase pretende-se avaliar como é que essas cultivares interferem com os microrganismos do solo que funcionarão como potenciais biofertilizantes, aumentando a produtividade e diminuindo os impactos ambientais. Na terceira e última fase as cultivares selecionadas serão testadas em campo para avaliar a produtividade, a qualidade da produção e os impactos ambientais quando sujeitas a diferentes tipos de mobilização do solo (Fig. 3).



Figura 3: Exemplo da preparação de um ensaio em que são testadas distintas variedades de milho em resposta a distintas aplicações de fertilizante, biofertilizantes e bioestimulantes. A avaliação dos efeitos do tratamento tem em consideração não só a produtividade e a qualidade da produção, mas também a ecologia da rizosfera principalmente no que se refere à presença de organismos endofíticos (a), micorrizas (b), interações entre simbioses (c), bactérias nitrificantes (d), e diversidade dos fungos micorrizicos determinada por pirosequenciação (e).

Esta abordagem estruturalmente faseada é complementada pelo desenvolvimento de projetos mais específicos que se relacionam com perguntas concretas, nomeadamente identificação de indicadores da qualidade biológica dos solos e de culturas com potencial para diversificar a alimentação humana, tendo presente as características da dieta Mediterrânica (património imaterial da humanidade).

A natureza interdisciplinar, transversal e aplicada da investigação a desenvolver pela equipa da FCUL, da sua colaboração com empresas e associação de produtores nacionais e investigadores internacionais pretende maximizar a utilização de recursos levando os resultados obtidos até aos produtores de forma mais rápida e eficaz.



UM REGRESSAR À TERRA

João Gaspar | Estudante de Mestrado de Jornalismo e Comunicação, Universidade de Coimbra

Numa altura de crise económica, há cada vez mais jovens portugueses a olhar para a agricultura como uma aposta credível – um sector onde podem depositar esperanças e esbater a tendência atual do país de uma grande dependência da importação de produtos agrícolas.

Daniel Massapina quer um dia mudar-se para Alenquer e deixar para trás o frenesim urbano, Joana Mendes encontrou na quinta da família a sua forma de contribuir para o país, Leonor Sottomayor pretendia dar uso a terrenos não utilizados. Eis três histórias de jovens que regressaram à terra.

“Quería aumentar o orçamento familiar e construir um novo projeto, não só profissional, mas também de vida”, conta Daniel Massapina, assistente técnico numa autarquia local. O jovem de 30 anos, engenheiro alimentar de formação, começou em 2009 a fazer pesquisas para ver como poderia rentabilizar dois terrenos “praticamente entregues ao abandono” que os seus pais possuíam. Na altura, a sua mulher estava temporariamente desempregada, e Daniel via na agricultura uma boa forma de procurar estabilidade financeira, assim como de fugir à “vida stressante” da cidade.



Em 2010, submeteu o projeto ao Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e em 2011 recebeu a resposta de aprovação. Deixou de ter fins-de-semana. Esses, passados em Alenquer, num monte com vista para o Tejo, onde o som da cidade se perde. É lá que se dedica temporariamente ao projeto, esperando um dia poder viver naquele monte e fugir em definitivo do ambiente urbano. Em 2013, começa a produção de cinco tipos de plantas: hortelã-pimenta, erva-cidreira, tomilho-limão e equináceas. “É tudo para vender a seco e, na sua maioria, exportar para França”, explica Daniel.

Apesar de não ter qualquer conhecimento teórico e técnico, foi adquirindo-os não só em pesquisas e leituras que vinha fazendo, como na Formação para Jovens Agricultores, obrigatória para todos aqueles que veem o seu projeto aprovado no PRODER e que não tenham formação na área da Engenharia Agrónoma. Em Janeiro, Daniel termina a formação, mas as dificuldades vão sempre aparecendo, conforme se vão executando tarefas: “não é linear. Há que tentar e errar”. Por agora, ainda só está a utilizar uma das parcelas dos pais, e ainda não teve que utilizar dinheiro seu. “Os apoios foram muito importantes. Se não existissem, dificilmente teria levado a cabo um projeto destes”, reitera.

Também Joana Mendes e Leonor Sottomayor consideram fundamental e decisivos os apoios recebidos. Leonor, de 35 anos, técnica de comércio internacional a viver no Porto, acabou por apostar neste regresso à terra por querer dar uso a um terreno da família, que tinha na Maia. Há dois anos, juntamente com o seu marido, decidiu rentabilizá-lo. Pesquisaram produtos e possíveis apoios e começaram a produzir ervas aromáticas: “optámos por algo que não nos obrigasse a uma dedicação a 100%, dado não ser a nossa atividade principal, e que tivesse uma alta rentabilidade a baixo investimento”. Mesmo assim, Leonor conta que “acaba por haver um acompanhamento quase diário do processo”. Não tinha qualquer experiência na agricultura, mas já vinha

a pensar em investir nela há algum tempo: "não foi descabido de todo". "Tenho bastante fé na agricultura e no modo de produção. Tendo em conta a conjuntura, é nestes valores mais básicos a que nos temos que agarrar", afirma. Na produção agrícola, Leonor Sottomayor encontra também uma atividade "algo de filosófica", uma espécie de "ansiolítico". "Não é para o mundo em que vivemos, há que esperar, há que ter paciência, saber viver com as adversidades", explica Leonor que afirma que já começaram a produzir tomilho-limão e hortelã-pimenta no Verão passado. Como Daniel, Leonor também está a exportar para França, sendo que, apesar de ainda não ter bem a noção da receita, garante que o "saldo será certamente positivo".

No terreno que explora também encontra uma boa lição para os seus filhos: "têm que ver que para termos o que temos, há que produzir alguma coisa. Num mundo virtual, é bom verem algo a crescer e acompanharem a vida do produto".

Joana Mendes, de 27 anos, natural do Porto, já estava habituada à agricultura. Eram várias as incursões à quinta da sua família, em Marco de Canaveses, onde ela própria ajudava nas tarefas, desde a sementeira à colheita, passando pela pastorícia. "Fomos vendo ali algum potencial", recorda. E fala no plural porque "são três gerações que contribuem para o sucesso deste projeto" — a Joana, os seus pais e os seus avós.



Licenciada em Física na Faculdade de Ciências do Porto, Joana fez o mestrado em Meteorologia Aplicada na Universidade de Reading, em Inglaterra, sendo que foi aí que começou a associar a sua formação com a agricultura. "Permitiu-me não só entender a influência da meteorologia na agricultura e os métodos usados para a mitigação de condições mais adversas, mas também perceber que as energias renováveis, nomeadamente a micro geração, poderiam ser aplicadas para a auto sustentabilidade energética de uma exploração agrícola".

Daquilo que aprendeu, decidiu pôr na prática em 2010 e assumiu a gestão da quinta. Apostou na produção de hortícolas em hidroponia e, em 2011, viu o projeto aprovado pelo PRODER. Ainda está em fase de investimento, tendo apenas uma estufa, sendo que posteriormente serão três. "O negócio está a correr muito bem. Já temos uma carteira de clientes considerável e está em crescimento", atesta. A produção está focada nas hortícolas de valor acrescentado, sendo os micro vegetais e os mini legumes aqueles que têm maior procura. Os clientes vêm da alta restauração e Joana assegura que o 'feedback' é francamente positivo. "São produtos que maioritariamente vinham sendo importados e, portanto, podemos agora fornecê-los mais rapidamente, com maior frescura e qualidade". Entre os clientes tem o Hotel Teatro do Porto e a Casa da Calçada em Amarante. "Vamos falando com os clientes e os próprios dão-nos dicas de produtos em que podemos apostar. É uma estrada de dois sentidos", explica Joana, que se dedica a tempo inteiro ao projeto, assim como o seu pai.

A jovem agricultora do Porto considera que é fundamental afastar o estigma associado ao sector primário: "os métodos não estagnaram em meados do século XX e há muito espaço para a inovação, para o empreendedorismo e para a prática de novas tecnologias". Joana sempre pensou em regressar a Portugal, e quando se fala na emigração de jovens portugueses, é perentória: "não podemos todos fugir do país. Regressei a Portugal porque queria investir, dar o meu contributo", afirma e lembra que para "se acreditar no futuro é preciso fazê-lo".



COOPERATIVA DE OLIVICULTORES DE NELAS

Madalena Prata | Presidente da Cooperativa de Olivicultores de Nelas

Temos que nos culpar a nós próprios.

Ao longo do tempo fomos esquecendo de leis simples de economia como a lei da oferta e da procura.

O desequilíbrio entre a oferta e a procura é generalizado a todos os sectores da economia nacional e mundial.

Há excesso da oferta de produtos de todos os ramos de actividade, não lúdicos, da economia.

Há necessidades não satisfeitas, inclusive para padrões mínimos de qualidade de vida.

Há, portanto, excesso de oferta por incapacidade de adquirir, de comprar, logo de consumir.

E os níveis de produtividade que algumas empresas atingiram no sector agroalimentar a nível mundial e a sua capacidade técnica e financeira de satisfazer a procura, vai determinar uma grande improbabilidade de estabilização da oferta para os diferentes níveis de rendimento que tipificam a procura.

Hoje verifica-se a concentração empresarial em cada elo da cadeia alimentar. Esta concentração, quer na produção, quer na distribuição vai impedindo que os pequenos produtores - realidade rural da nossa região de Nelas - cheguem aos consumidores.

Este meu raciocínio permite concluir a existência de poucas condições de crescimento, pelo que o desemprego provocado pela reestruturação da economia como um todo não parará de crescer, fixando-se, estruturalmente muito acima dos 3-4% de décadas anteriores.

O crescimento só me parece ser possível:

- 1- exportando para países com consumo interno crescente (palco de disputas de quota de mercado por um grande número de países em recessão);
- 2- substituindo importações;
- 3- inovando em novos produtos alimentares;
- 4- diferenciando produtos.

Dizer que não crescemos por causa de falta de crédito é absolutamente errado.



O crédito não é concedido por via do conseqüente elevadíssimo risco que ensombra a actividade económica, que faz diminuir a rentabilidade dos capitais investidos na produção de bens tangíveis, afastando os investidores.

Temos que aproveitar inteligentemente estas oportunidades.

Precisamos de conhecer profundamente as condições em que os nossos bens, nomeadamente alimentares, são produzidos.

Heterogéneas sob o ponto de vista do produto, da região, da dimensão de propriedade, da estrutura de rendimento,

A nossa Cooperativa opera neste contexto.

Um grupo de pequenos e grandes proprietários com oliveiras, maioritariamente de bordadura fundou-a em 1952, modernizou o sistema de extracção, para frio em 1998, ainda numa conjuntura de optimismo, mas não conseguiu inverter a sua situação de marginalidade no sector do azeite.

A plantação de olivais intensivos e super intensivos, fez descer os custos de produção para níveis muito baixos, definindo um preço de venda do azeite a granel abaixo dos custos de produção do azeite na nossa região. Genericamente a oliveira não se trata, não se rega e poda-se de forma irracional só para facilitar a apanha, provocando uma variabilidade na qualidade e na produção. A nossa actividade de produtor de azeite responde ao autoconsumo das famílias dos nossos agricultores, que muito deles se arrastam na apanha manual de azeitona, na sua conservação em água até ter vez na fabricação. Não podem rogar pessoal de fora. Fica caro. Só apanham o que precisam e mais um pouco, salvaguardando anos maus. Há excedente na planta e nas lojas, e é desperdiçado, porque o mercado não valoriza este esforço.

Esta situação de margens negativas do azeite, não é um fenómeno isolado. É regra para quase todos os bens produzidos pelo agricultor: uva, maçã, pera, batatas, couves, milho, feijão, grão, etc. Por isso, cada dia que passa, mais terra deixa de ser cultivada.

E, no entanto, assiste-se a casos de regresso à terra. Será uma tendência?

Quem são?

Investidores com ligação a mercados exportadores e que se apercebem da oportunidade de alguns produtos agrícolas.

Jovens desempregados, que conseguem ter acesso à terra e que apostam na agricultura para ter algum rendimento.

Agricultores que persistem na diferenciação dos seus produtos, tentando ganhar melhor margem de comercialização.

Reformados ainda capazes, que em parceria com os seus filhos definem um projecto de família, garantindo assim financiamento a fundo perdido que pode alavancar o seu negócio agro-industrial.

Trabalhadores agrícolas que tentam a sua sorte como agricultores quando conseguem acesso à terra, o que é raro.

Estes casos podem ser o início de uma viragem na actividade agrícola.

A nossa Cooperativa quer funcionar como apoio deste tipo de iniciativas.

Entender o que as entavam e que esteja ao nosso alcance solucionar.

O “lagar do azeite de Nelas”, como é carinhosamente tratado, transformar-se-á, numa entidade de apoio à actividade agrícola regional.





O ÊXITO DO AGRICULTOR É O ÊXITO DE ALQUEVA

João Basto | Presidente da EDIA, S.A. - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.

O Alentejo possui alguns dos melhores solos agrícolas do País, uma orografia que permite desenvolver projetos em vastas áreas contínuas, e um clima, em especial no que à temperatura e horas de Sol diz respeito, perfeito para uma gama alargada de produtos agrícolas. Com a garantia de água em Alqueva fecha-se este ciclo virtuoso, potenciador da produção agrícola e agro-industrial.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) foi concebido para garantir água numa região tradicionalmente



assolada por períodos de seca, por vezes prolongada, fator limitativo para o desenvolvimento de projetos agrícolas para os quais a garantia de água é crucial para a sua viabilidade e sustentabilidade.

O EFMA está suportado na capacidade de armazenamento da albufeira de Alqueva. Com um volume útil de 3.100 milhões de m³ e detentora de uma concessão para regadio e produção hidroelétrica de 600 milhões de m³, Alqueva garante o fornecimento de água, sem restrições, durante 3 anos consecutivos. Ano após ano, novas áreas de regadio vão surgindo em Alqueva. Entrámos em 2012 com 52.000 ha disponíveis. Na próxima campanha de rega, teremos 68.000 ha.

Este ano lançámos os concursos para a construção de mais 20.000 ha, cujas empreitadas se iniciarão no primeiro trimestre de 2013. São blocos de rega que irão beneficiar, sobretudo, os Barros de Beja, uma área onde a agricultura de regadio já é uma realidade e onde os investimentos privados aguardam

pela chegada de água de Alqueva. Esta região foi uma prioridade assumida pela EDIA, numa ótica de maximização da rentabilidade do investimento público e de salvaguarda do investimento privado já realizado, em grande parte também subsidiado por fundos públicos.

Nos blocos de rega em funcionamento, a adesão dos agricultores já ultrapassa os 60%. Um facto muito relevante se tivermos em conta a juventude das áreas disponíveis para rega, algumas com apenas dois anos, e a diversidade de



culturas no terreno. Apesar do predomínio do olival, e do enorme crescimento do milho, aumentam as áreas de prados, pastagens, tomate e cebola, e regista-se um número crescente de agricultores a apostar em novas culturas, como a amendoeira, a nogueira, a romãzeira e os citrinos.

Para potenciar o excelente trabalho que tem vindo a ser feito pelas nossas equipas de apoio ao serviço de distribuição de água, e que em muito contribuiu para as taxas de adesão atuais, a EDIA criou um Departamento Comercial que se dedica exclusivamente à procura proativa de novos investimentos e de novas alternativas culturais que se adaptem à dimensão económica das diferentes explorações da zona de influência do EFMA, apoiando e acompanhando todos os empresários que pretendam investir na região.

Nesse sentido, e consciente do papel que pode desenvolver em prol da agricultura e na ajuda ao agricultor e a outros investidores, desenvolveu mecanismos de apoio, nomeada-

mente na procura de parcerias e terras, aptidões agrícolas, económicas e ambientais para novas culturas.

Neste particular, destaca-se o SISAP, um software desenvolvido pela EDIA, a partir do qual é possível determinar a aptidão agronómica e económica para qualquer cultura ou variedade, para uma determinada parcela de terreno ou para toda a área de influência do EFMA.

Com este instrumento, o agricultor ou o investidor pode identificar as melhores áreas para a cultura que elegeu. O SISAP pode ainda cruzar os dados SIG e fornecer um conjunto de informação relevante de apoio à decisão. Com este sistema podemos não só determinar as melhores áreas para diferentes culturas, como ainda cruzar esta informação com as acessibilidades, linhas de transporte de energia, localizações preferenciais junto a aeroportos ou zonas industriais devidamente infraestruturadas.



Pela natureza da sua atividade e pelo facto do cadastro da região de influência do EFMA estar atualizado, a EDIA tem capacidade de, em tempo útil, colocar os potenciais investidores em contacto com proprietários ou agricultores da região, e desta forma facilitar e aligeirar processos de aproximação, incluindo dinamização de apresentações públicas de intenções de investimentos ou parcerias de forma a promover junto dos agricultores um conjunto de opções que o ajudem a retirar da sua exploração o maior rendimento possível. Prestamos este serviço de forma gratuita e célere. No espaço de uma semana o potencial investidor estará em condições de falar com agricultores ou proprietários que, já sabe à partida, estarem localizados em zonas de elevada aptidão para a cultura que pretende desenvolver, e disponíveis para o modelo de negócio pretendido (venda, arrendamento de campanha, arrendamento de longo prazo, parceria).

O aumento do interesse por Alqueva tem sido, em grande parte, liderado por jovens agricultores, fundamentalmente

do Alentejo mas também de outras regiões do país. Esta dinâmica é um fator de esperança numa mudança de paradigma da agricultura do Alentejo, pois os jovens agricultores serão seguramente o maior motor de inovação na agricultura alentejana, pela maior propensão para a adoção de novas culturas, novas tecnologias e novos modelos de negócio. O seu dinamismo tem sido parte relevante da dinâmica global que hoje se regista em Alqueva e do investimento privado no setor agrícola e agro-industrial que se estima atualmente ser já superior a 500 milhões de euros.

Só na última campanha estima-se que os agricultores tenham investido cerca de 6 milhões de euros só em infra-estruturas de regadio. Este valor é tão mais relevante, quanto o facto de ter sido realizado na sua grande maioria com fundos próprios dos agricultores, tendo em consideração as enormes restrições atuais de acesso ao financiamento.



Fomentar este ambiente propiciador de desenvolvimento, em parceria com todos os agentes locais, com particular destaque para as associações de agricultores, é o desígnio da EDIA com o objetivo último de garantir o retorno do investimento público realizado neste extraordinário empreendimento, contribuindo para o desenvolvimento da região e do País.

“... a EDIA tem capacidade de, em tempo útil, colocar os potenciais investidores em contacto com proprietários ou agricultores da região, e desta forma facilitar e aligeirar processos de aproximação...”

JOVEM EMPRESÁRIO RURAL | UM NOVO CONCEITO PARA POTENCIAR O DESENVOLVIMENTO DO MUNDO RURAL

A AJAP organizou, no passado dia 19 de Outubro, no Palácio da Bolsa no Porto, um Seminário Europeu com objectivo principal de debater a necessidade de reconhecimento a nível europeu da figura de Jovem Empresário Rural.

O evento contou com a participação das 27 Organizações de Jovens Agricultores da União Europeia, e um leque de especialistas do sector agrícola nacional e europeu. A audiência, composta por Jovens Agricultores, estudantes, Técnicos do sector entre outros interessados, contou com mais de uma centena de participantes.

O 1º Painel, dedicado ao Conceito de Jovem Empresário Rural, Necessidade e Reconhecimento, foi iniciado pelo Professor Luís Mira da Silva que enquadrou, e apresentou o trabalho



desenvolvido até à data relativo à figura em questão, foi seguido dos contributos de representantes de alguns sectores como a administração pública, o sistema científico e tecnológico nacional e os grupos de acção local, que enriqueceram inquestionavelmente a reflexão. O Professor Luís Mira da Silva sublinhou ainda o facto de a existência de uma “figura de Jovem Empresário Rural que integre, flexibilize, potencie e faça crescer os programas de apoio de desenvolvimento rural, ser um contributo chave para contrariar o fenómeno de abandono rural”.

No 2º Painel, foi abordado o Conceito de Jovem Empresário Rural numa Perspectiva Europeia, tendo contado com os valiosos contributos de personalidades do mundo académico e político nacional e europeu como o Eurodeputado Nuno Melo, Eng.º Sousa Uva da Comissão Europeia, o Presidente do CEJA Eng.º Joris Baecke, Dr.ª Gabriela Ventura Gestora do PRODER/PRRN, e o Professor Arlindo Cunha, antigo Ministro da Agricultura.

A Sessão de Encerramento, ficou marcada pela intervenção da Senhora Ministra da Agricultura, Dr.ª Assunção Cristas, que manifestou o interesse em apoiar a definição do Jovem Empresário Rural, salientando a importância que o sector agrícola representa para o desenvolvimento económico do nosso País e o facto de as “empresas agrícolas multifuncionais



serem uma boa resposta para tornar o Mundo Rural mais vivo, mais interessante e dinâmico”.

Considerando o tema em questão e os contributos recolhidos para os objectivos que se pretendiam atingir, acreditamos ter sido um evento de suma importância, tendo o leque de personalidades envolvidas dotado o evento de notável projecção e dignidade que a temática e propósitos do mesmo mereciam.

CAMPANHA DO CEJA FINALISTA NOS PRÉMIOS DE COMUNICAÇÃO DA PAC@50

A Campanha do CEJA – Conselho Europeu de Jovens Agricultores, “Future Food Farmers” foi finalista nos Prémios de Comunicação, da DG AGRI, que marcam os 50 anos de PAC.

A Campanha “Future Food Farmers” foi vice-campeã da categoria “Comunicações para as Partes Interessadas” dos Prémios de Comunicações da PAC@50, surgindo a seguir a ADEPT Foundation Transylvania da Roménia.

Os 12 finalistas, divididos em quatro categorias, foram seleccionados de um total de 118 projectos de 21 Estados-Membros, sendo a Campanha “Future Food Farmers” o único projecto apresentado a nível da União Europeia. Os vencedores foram escolhidos por um público de mais de 150 jornalistas e especialistas em comunicação, após uma exposição de três minutos pelos apresentadores no evento “PAC@50”, organizado pela Comissão Europeia, em Bruxelas, a 10 de Dezembro de 2012.

A Campanha do CEJA “Future Food Farmers” assume a forma de um texto de compromisso que já obteve o apoio dos membros da Comissão, mais de 50 MEPs, vários intervenientes da cadeia de fornecimento de alimentos, académicos entre outros membros do público em geral. Todos os apoiantes do projecto podem ser conhecidos no site da campanha: www.futurefoodfarmers.eu.

O CEJA visa continuar a divulgação da lista até que o texto de compromisso e seus signatários serem apresentados ao Co-

missário Europeu da Agricultura Dacian Cioloș, ao Presidente da Comissão da Agricultura do Parlamento Europeu (COMAGRI) Paolo de Castro, e ao Presidente do Conselho da Agricultura e Ministro Irlandês da Agricultura Simon Coveney, nas trilogos da PAC na Primavera de 2013.

O Presidente do CEJA, Joris Baecke, delineou a razão de ser do “Future Food Farmers”, destacando a reforma fundamental da Política Agrícola Comum (PAC) e sua importância para o futuro da agricultura europeia. O Presidente Baecke descreveu a ameaçadora situação da demografia actual do sector, ou seja, a actual existência de agricultores com idade superior a 65 anos, 5 vezes superior ao número de agricultores com menos de 35 anos, e explicou que a nossa produção de alimentos no futuro depende da inversão dessa tendência, assim como o facto de que todos interessados, desde os decisores ao público em geral devem ser alertados para a gravidade desta crise geracional.

Quando questionado sobre a razão pela qual considerava que a Campanha deveria estar na final do concurso, o Presidente do CEJA explicou que “Future Food Farmers conseguiu mostrar aos decisores e público em geral que um grande leque de partes interessadas está particularmente preocupado com a actual falta de renovação geracional na agricultura europeia. Este assunto tem, portanto, que abordado, inevitavelmente, no decurso desta reforma da PAC”.

Fonte: CEJA





SAA | Serviço de Aconselhamento Agrícola
A AJAP é Valor para o Agricultor

ADIRA ao Serviço de Aconselhamento Agrícola

ACONSELHAR

CONDICIONALIDADE



SEGURANÇA NO TRABALHO



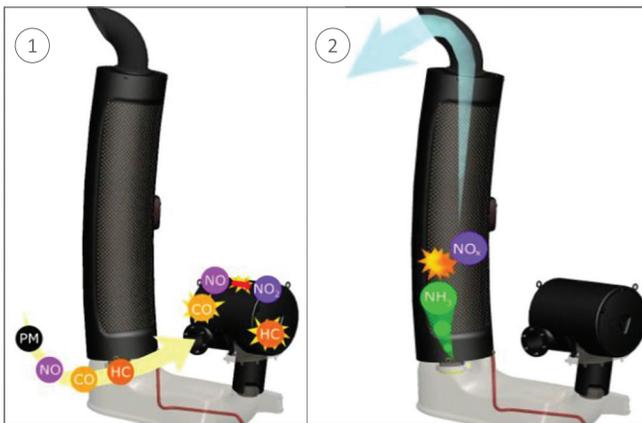
PARA VALORIZAR
A SUA EXPLORAÇÃO

CONTACTE O TÉCNICO AJAP DA SUA REGIÃO

SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELECTIVA

Departamento Técnico | Grupo Tractores de Portugal

Na sequência do artigo anterior, abordamos hoje o tema dos sistemas de “redução catalítica selectiva” (SCR) introduzidos nas novas séries Massey Ferguson 8600 e 7600, em conjunto com novas unidades de comando e um sistema de injeção “common rail” da 3ª geração, dando assim continuidade às exigências cada vez maiores dos regulamentos comunitários sobre emissões gasosas, demonstrando desta forma e uma vez mais as preocupações ambientais da Massey Ferguson em parceria com a AGCO POWER SISU com os seus motores ecológicos designados por (e³), tendo como base a Economia, a Eficiência e a Ecologia.



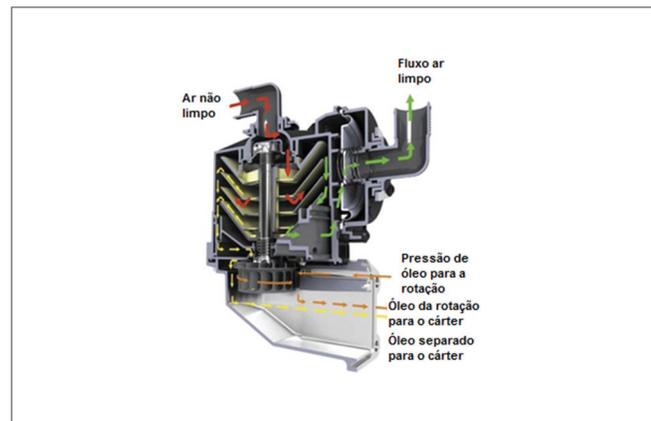
1 - Início da limpeza no dispositivo (DOC)
2 - Redução catalítica selectiva (SCR)

A Massey Ferguson foi o primeiro fabricante a utilizar Redução Catalítica Selectiva nos seus Tractores Agrícolas e Ceifeiras-Debulhadoras. Numa primeira fase, instalado apenas na gama alta série MF8600, sendo agora generalizado à gama mais baixa série MF7600. Esta segunda geração de motores AGCO POWER SISU Tier4i/etapa3b, incluem um sistema DOC+SCR e uma mistura de combustível a alta pressão (1800bar) que proporciona eficiência e fiabilidade para ultrapassar as normas e os requisitos necessários relativo a emissões gasosas, significando uma redução de 90% de partículas (PM) e 50% de (HC+Nox) quando comparado com a norma Tier3/etapa 3a.

O Catalizador de Oxidação de Gasóleo (DOC), é um dispositivo de passagem (sem qualquer risco de entupimento e sem manutenção) constituído por um recipiente contendo um substrato metálico revestido com platina. Os gases de escape per-

correm o catalisador para que o monóxido de carbono (CO), os hidrocarbonetos gasosos (HC), os óleos e combustíveis não queimados partículas (PM) sejam oxidados, reduzindo assim significativamente as emissões perigosas. Ele vai otimizar o desempenho do catalisador (SCR) a jusante através da oxidação do monóxido de azoto.

Este sistema (SCR) do motor AGCO POWER SISU Tier4i/etapa3b produz monóxido de azoto e da forma mais eficiente para limpar os gases de escape usando injeção de ureia (AdBlue) e um catalisador. Ao percorrer o catalisador, os gases de esca-



Eliminação dos vapores do cárter do motor, Sistema (CCV) Ventilação Fechada do Cárter do motor

pe, assim como os óxidos de azoto (Nox) reagem com a ureia (AdBlue) pulverizada e vaporizada criando azoto (N₂) e vapor de água.

As normas Tier4i/etapa3b inclui todas as emissões produzidas pelo motor, ou seja; não apenas as emissões do tubo de escape. As emissões do respirador do cárter que foram geralmente libertados para a atmosfera, são agora completamente eliminados através de um sistema centrífugo accionado por pressão de óleo do motor, as emissões do cárter são sugadas através deste elemento sem manutenção, que separa as gotículas de óleo e gás. O óleo cai para o cárter e o ar é injetado de volta para o sistema de admissão assegurando um ciclo completo e limpo.

O RECURSO À BIOMASSA COMO FONTE ENERGÉTICA

Visabeira

Motivações

A produção de energia a partir de fontes renováveis obteve especial relevância no quadro da política energética da União Europeia, devido não só à necessidade de diminuir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), de modo a atingir os compromissos assumidos no Protocolo de Quioto, como também a reduzir a dependência do petróleo, fonte energética finita, dispendiosa e com um impacto ambiental eminentemente negativo.

Tipos de biomassa

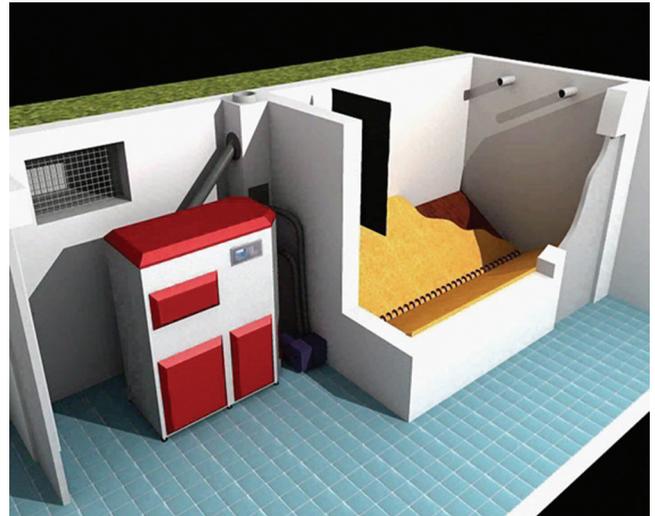
As energias renováveis, onde se inclui a biomassa, desempenham nesse sentido um papel transversalmente importante. A biomassa é uma fonte de energia de custo reduzido e ambientalmente responsável, derivada dos produtos e dos subprodutos das culturas agrícolas, da floresta, das culturas energéticas, dos resíduos da indústria da madeira, dos efluentes domésticos, de instalações agropecuárias e indústrias agroalimentares (lactínios, matadouros, lagares e indústrias de transformação de frutos secos, entre outros) e ainda dos resíduos sólidos urbanos.

Pode igualmente derivar de sistemas dedicados, nomeadamente culturas lenhosas de curto ciclo, em grande expansão em inúmeros países europeus e também na América do Norte e do Sul. Estes sistemas apresentam como vantagens fundamentais um balanço nulo de emissão carbónica e a criação de riqueza para as comunidades autóctones.

Utilizações e método de produção

Em termos funcionais, a biomassa constitui uma importante fonte renovável para a produção de calor, de electricidade e de combustível, sendo que no âmbito agrícola se dará maior relevo à primeira.

Um gerador que produz calor através da queima de biomassa diversa, incluindo pellets, caroço de azeitona, estilhas de madeira e casca de avelãs, é o componente central de um sistema de geração energética desta natureza. São equipamentos fáceis de movimentar dentro dos pavilhões, 50% mais eficientes do que as soluções tradicionais e com capacidade de controlo automático da queima e das temperaturas desejadas, existindo ainda a possibilidade de acoplar a estes equipamentos silos de grande capacidade para armaze-



namento do produto de queima, um conjunto de características que lhes confere grande versatilidade

Soluções no mercado

Neste contexto cabe referir as soluções da Energy Solutions, empresa que comercializa e instala geradores de marcas reputadas como a Termosun, Thermorossi e Herz. Complementarmente, a Pinewells, unidade da Visabeira Indústria, produz pellets com recurso exclusivo a matéria prima nacional, cumprindo os mais exigentes requisitos de qualidade. Com um poder calorífico superior a 17 MJ/kg, o equivalente a 5 kWh/kg, os pellets de madeira possuem teores de humidade e cinzas abaixo de 10% e 0,5%, respectivamente, possibilitando uma combustão eficiente, de alto valor energético e praticamente limpa. Por outro lado, a sua elevada densidade, superior a 650 Kg/m³, facilita e otimiza as operações de transporte e armazenamento, o que os torna um produto de eleição para a produção de energia.

Investimento de futuro

Além das culturas agrícolas, tem-se assistido a um interesse crescente pela produção intensiva de espécies florestais de crescimento rápido, conduzidas em regime de talhadia e com rotações curtas, para produção de biomassa com fins energéticos. Um tipo de cultura cuja competitividade e potencial energético para as actividades agronómicas merecem maior atenção e um investimento sustentado.

Saiba mais em www.energysolutions.pt

CRÉDITOS E SEGUROS

Portaria n.º 300/2012, DR n.º 191, Série I, de 2 de Outubro
Estabelece quem são os beneficiários, termos e condições de acesso à linha de crédito com juros bonificados.

DESENVOLVIMENTO RURAL

Portaria n.º 370/2012, DR n.º 217, Série I, de 9 de Novembro
Relativo à suspensão temporária de certas condições de acesso e compromissos aos beneficiários de determinadas medidas do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER, e prevê a intervenção das estruturas locais de apoio (ELA) na definição de orientações e na autorização de ajustamentos de compromissos mediante análise das situações concretas e a evolução da situação climática.

Portaria n.º 301/2012, DR n.º 191 I, de 2 de Outubro
Regulamento de Aplicação da Intervenção Florestação de Terras Agrícolas, do Plano de Desenvolvimento Rural.

DOENÇA DE AUJESZKY

Despacho n.º 15214/2012, DR n.º 229, Série II, de 27 de Novembro
Medidas específicas aplicáveis em caso de detecção de suínos positivos à doença de Aujeszky.

Portaria n.º 222/2012, DR n.º 199, Série I, de 15 de Outubro
Normas técnicas do Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky.

PRODER - MEDIDA 2.1. Manutenção de Zonas Desfavorecidas

Portaria n.º 320/2012, DR n.º 198, Série I, de 12 de Outubro
Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.1 Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas.

VINHO

Rectificação de Regulamento n.º 314/2012, JO L n.º 319, de 16 de Novembro
Retificação do Regulamento de Execução (UE) n.º 314/2012, que altera os Regulamentos (CE) n.º 555/2008 e (CE) n.º 436/2009 no que diz respeito aos documentos que acompanham o transporte dos produtos vitivinícolas e aos registos a manter no sector vitivinícola.

Despacho n.º 14727/2012, DR n.º 222, Série I, de 16 de Novembro
Procede ao alargamento da forma de cumprimento da prestação vínica para a campanha 2012/2013.

Regulamento n.º 1028/2012, JO L n.º 316, de 14 de Novembro
Relativo ao regime de pagamento único e ao apoio aos viticultores.

Portaria n.º 351/2012, DR n.º 210, Série I, de 30 de Outubro
Alarga, para o ano de 2012, o prazo para apresentação do pedido de adiantamento.

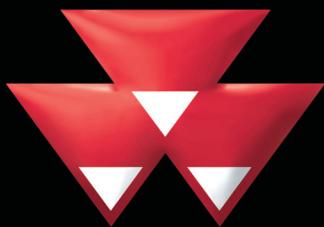
Regulamento n.º 937/2012, JO L n.º 280, de 12 de Outubro
Relativo ao método de determinação dos juros aplicáveis aos pagamentos indevidos a recuperar dos beneficiários dos regimes de apoio directo aos agricultores nos termos do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho, do apoio ao desenvolvimento rural nos termos do Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho e do apoio ao sector vitivinícola nos termos do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho.

Portaria n.º 313/2012, DR n.º 196, Série I, de 10 de Outubro
Estabelece, para o continente, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas e fixa os procedimentos administrativos aplicáveis à concessão das ajudas previstas para as campanhas vitivinícolas de 2008-2009 a 2012-2013.

Despacho n.º 12232/2012, DR n.º 181, Série II, de 18 de Setembro
Autoriza o enriquecimento dos mostos na campanha vitivinícola de 2012-2013.

Portaria n.º 280/2012, DR n.º 179, Série I, de 14 de Setembro
Estabelece, para o território do continente, as normas complementares para execução da ajuda à utilização de mosto de uvas concentrado e mosto de uvas concentrado rectificado nas campanhas vitivinícolas de 2008-2009 a 2011-2012.

ADN SUPERIOR



MASSEY FERGUSON



Grupo
Tractores de Portugal



Grupo Tractores de Portugal
Estrada da Circunvalação - Letras TPL-TCD
Olivais Norte - 1800-136 Lisboa
Tel. 218 551 000 - Fax. 218 551 037
www.tractoresdeportugal.com